

Congresso debate municipalização do ensino

Proposta do governo federal mobilizou prefeitos e vereadores e provocou divergências

L.C. Leite/AE

MILTON BRIDI
Especial para o Estado

ÁGUAS DE LINDÓIA — A municipalização do ensino do 1º grau foi o tema que mais despertou a atenção até agora dos participantes do 41º Congresso Estadual de Municípios. Prefeitos, vereadores e técnicos em educação superlotaram ontem o auditório do Centro de Convenções do Hotel Monte Real, em Águas de Lindóia, para debater a proposta do governo federal que pretende disseminar o sistema a partir de janeiro de 1998.

O secretário-adjunto de Educação do Estado de São Paulo, Hurbet Alqueres, disse que a medida visa a melhorar a qualidade do ensino fundamental. "Os professores, sairão ganhando com aumento médio de salário de 20%", disse.

Com a nova medida cada município de São Paulo vai receber cerca de R\$ 649,00 por aluno matriculado na rede de ensino. Atualmente, segundo o secretário-adjunto, a média é de R\$

500,00. Cidades do Vale do Paraíba, que atualmente recebem cerca de R\$ 400,00 por aluno, serão as principais beneficiadas com o novo sistema.

A resolução do Ministério de Educação e Cultura (MEC) prevê que os municípios terão até o mês de outubro para enviar a relação do número de alunos para as secretarias estaduais. A Secretaria Estadual de Educação deve firmar convênio na semana que vem com 80 municípios.

Divergências — O secretário de Educação do município de São Paulo, Régis de Oliveira, criticou a decisão do MEC. "A resolução é in-



Mesa de debates no Congresso dos Municípios: auditório lotado

DENARC
QUER EXPANDIR
LUTA CONTRA
DROGAS

constitucional", afirmou o secretário. "São Paulo tem 77 mil crianças fora das escolas e precisamos reverter essa situação".

Diadema também é contra a municipalização. A média do salário

dos professores, que atinge R\$ 1.300,00, é uma das melhores do País. O prefeito Gilson Menezes (PSB) disse que sairá perdendo com a decisão. "Investimos atualmente R\$ 13 milhões em educação e com a nova medida os gastos alcançarão R\$ 20 milhões."

Técnicos do Departamento de Narcóticos da Polícia Civil (Denarc) propuseram ontem no congresso a regionalização do Conse-

lho Estadual de Entorpecentes para impedir o avanço do uso de drogas.

Em várias cidades, como Campinas, Ribeirão Preto e Sorocaba, o conselho já foi instalado. "Queremos expandi-lo para outros municípios até 1998", disse o delegado Edmur Ercílio Lukiare.

Crianças — Para o coordenador do SOS Criança, Paulo Vitor Sapienza, o combate à droga e o problema do menor abandonado ultrapassam as ações governamentais. "Cada um de nós precisamos ter a coragem de contribuir para tirar pelo menos uma criança da rua." O próximo congresso de municípios será realizado em abril, em Praia Grande, na Baixada Santista.

■ Mais informações na página A7